



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

JOEL TELES RIBEIRO

Políticas para a comunidade LGBT: uma breve análise do Programa “Brasil sem Homofobia”

Brasília – DF
2014
JOEL TELES RIBEIRO

**Políticas para a comunidade LGBT: uma breve análise do Programa
“Brasil sem Homofobia”**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Dr^a Denise Maria Botelho

Brasília – DF

2014

JOEL TELES RIBEIRO

**Políticas para a comunidade LGBT: uma breve análise do Programa
“Brasil sem Homofobia”**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

JOEL TELES RIBEIRO

Dr^a Denise Botelho

Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,

Professor-Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os colegas do curso, pelo esforço e empenho em realizar os seus trabalhos e contribuir para as discussões nos grupos.

RESUMO

O ambiente escolar é um local onde ocorrem muitas agressões e ameaças. Esse trabalho visa apontar o impacto dessas violências contra uma parte dos(as) frequentadores(as) desse ambiente, a comunidade LGBT. Com isso busca-se analisar as políticas educacionais presentes no Programa Brasil sem Homofobia (2004), do Governo Federal em parceria com os movimentos em prol dos Direitos Humanos e a sociedade civil organizada que luta pelo desenvolvimento de políticas públicas para a comunidade LGBT. A luta está em desenvolver políticas públicas que possam atender e garantir essa diversidade por meio da abertura do espaço no campo educacional para promover e incentivar a não violência e o combate à discriminação homo e lesbofóbica, expondo e requerendo da sociedade o direito à diversidade e liberdade da orientação sexual.. A violência é um grave problema, porém já se sabe de fatores que a promovem as formas de diminui-la, não sendo possível aos educadores e a sociedade ficarem indiferentes a esse problema.

PALAVRAS CHAVES: Homofobia, discriminação, políticas públicas, escola, LGBT.

SUMÁRIO

Introdução	07
Caminhos metodológicos	11
Entendendo o Programa Brasil sem Homofobia	15
O papel da escola na educação sexual	21
Educação e a identidade de gênero	28
Considerações finais	32
Referenciais bibliográficos	35

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira está vivendo profundas mudanças que não podem ser ignoradas pelos órgãos públicos das três esferas governamentais, nem por qualquer outro estabelecimento que compõe o Estado brasileiro que se autointitula de democrático. Acende no país a percepção da importância da educação como ferramenta necessária para confrontar as ocorrências de preconceitos e discriminação e garantir oportunidades eficazes de participação de todos e todas nos diferentes espaços sociais. A escola brasileira vem sendo chamada a cooperar de modo mais ativo no enfrentamento da violência e das práticas discriminatórias que evita ou impede a participação social e política das pessoas que fogem ao padrão heteronormativo, pois já se sabe, pelas fontes consultadas, que o ambiente escolar, colabora para a reprodução de conexões cruéis de opressão e incremento das desigualdades.

As políticas públicas no sistema educacional brasileiro atualmente estão colocadas num extenso debate que tem como definitivo a globalização do capital na era de adequação produtiva do capital que produziu mudanças no Estado e suas formas de gerenciamento na gestão da educação. Por meio do esboço via Teoria Neoliberal, as políticas educacionais trouxeram um significado econômico, de acertes estrutural, tendo a Teoria do Capital Humano¹ e a Teoria do Capital Social² como cúmplices para o desenvolvimento de mudanças e do planejamento educacional. A escola propagou essas modificações para uma sociedade inclusiva, particularidades ratificadas no final dos anos de 1990.

Louro (2002) pontua que a “passagem pelos bancos escolares deixa marcas. Permite que se estabeleçam ou se reforcem as distinções entre os sujeitos. Ali se adquire todo um jeito de ser e de estar no mundo” (p. 125).

Tentar entender as marcas que a escola deixa nos educandos(as), principalmente as violências e os preconceitos sofridos pelos(as) alunos(as), quanto à sua orientação sexual, que este trabalho se torna justificado.

Segundo a [pesquisa "Juventudes e Sexualidade"](#), publicada pela UNESCO em 2004, o ambiente escolar tem se tornado um verdadeiro "inferno" para alunos/as homossexuais: eles/elas são ignorados/as ou impedidos/as de tomar parte de atividades

¹É àquela que prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social. (FRIGOTTO, 1993, p. 26)

²Conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social.(PORTES, 1998, p. 46)

em grupo, seus objetos são furtados, são alvos de piadinhas de escarnios e xingamentos, e são agredidos fisicamente das mais variadas formas.

Como bem lembra Abramovay (2004), as violências sofridas e seus modos de superação, por meio das políticas públicas, principalmente às educacionais, são minimizadas, reiterando que as mesmas são passíveis de intervenção policial, ao invés de enfrentar a questão da violência no ambiente escolar como um assunto educativo. No caso específico da educação, tem a ver com a formulação de uma agenda LGBT³, da estruturação das políticas educacionais, assim como a produção de conteúdos. Na prática, isso significa levar em conta em quais espaços, dentro da estrutura política e educacional, existe a possibilidade de participação e de atuação, no sentido de desconstruir esses valores institucionais.

Com o intuito de analisar os argumentos utilizados pela SEEDF em não introduzirem nas escolas estudos e o desenvolvimento das ações do Programa Brasil sem Homofobia.

E buscando entender as políticas para a diversidade sexual, esse texto tenta estreitar as orientações políticas na esfera do ***Programa Brasil Sem homofobia***, tendo em vista que o desempenho deste programa concebe um debate que coopera para materializar políticas em torno da diversidade sexual nas escolas e em toda a sociedade.

O Programa foi lançado em 2004, a partir das discussões entre o Governo Federal e sociedade civil organizada, tendo por objetivo a equiparação de direitos e o combate à violência e à discriminação homo e lesbofóbicas. As ações do programa estão voltadas para: o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia; a capacitação em Direitos Humanos para profissionais e representantes do movimento LGBT que atuam na defesa de direitos humanos; disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima LGBT; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGBT; capacitação e disseminação de informação a gestores das diversas esferas governamentais na temática de direitos humanos da população LGBT; atuar na troca de experiências de sucesso em matéria de políticas públicas em vários países do mundo, com foco nas relações do MERCOSUL (BRASIL, 2004)

³Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

O Programa em tese, batizado “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República, conjuntamente com o Movimento Homossexual Brasileiro, hoje denominado de Movimento LGBT.

A concepção deste Programa foi uma das exigências do Movimento LGBT junto ao Estado, objetivando avaliar a cidadania da comunidade LGBT no Brasil por meio da criação de políticas afirmativas dos direitos dos homossexuais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais trouxeram, a partir de 1996 dentro do currículo, novidades nesta área como, o Tema Transversal Orientação Sexual. No texto pretendo ponderar de forma breve, em que aspectos essa política se aproxima na formação de sujeitos através dos conceitos de igualdade e tolerância, destacados dessa política.

O “Programa Brasil Sem Homofobia” busca unificar ações de capacitação e desenvolvimento de políticas de amparo e fundação de centros de referência LGBT em todo o país. O Brasil foi à primeira nação a conseguir realizar uma conferência nacional para que governo e sociedade civil pudessem discutir os caminhos das políticas públicas voltadas para a população LGBT.

Busco analisar os pressupostos históricos das políticas públicas voltadas para a diversidade sexual no Brasil. Em seguida, finalizando apresento os principais aspectos que determinam o desempenho do Programa Brasil Sem Homofobia e suas principais ações educacionais, tendo como fonte principal o trabalho com a diversidade de gênero, sexualidade, inclusão e homofobia na Rede Estadual de Ensino do DF.

A escola necessita ser vista como um ambiente sexuado, onde a educação sexual deve ser arrancada da marginalidade e assentada nas discussões curriculares. Com base em (FIGUEIRÒ, 2006, p. 48) o termo educação sexual “é mais apropriada porque é coerente com a concepção do método de educação, no qual o educando participa do processo de ensino e aprendizagem como sujeito ativo e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações”. Destacamos que sempre fomos educados para a sexualidade do nascimento até a morte pelas experiências e determinações sociais da sexualidade.

O trabalho de intitulado “A questão de gênero no ensino de ciências” (MORO, 2001, p. 76), aponta como as reproduções de gênero expostas pelos docentes pode em muitos casos, criar ocorrências de preconceito e discriminação durante as aulas. A autora destaca que “as professoras admitem que as meninas acabam sendo privilegiadas

no espaço escolar por apresentarem esse tipo de comportamento (passivo, obediente)”. De algum modo os sujeitos apontam seus axiomas e estilos, o que colabora para suscitar crises em volta do assunto. Essas declarações vão além do discurso, pois se mostram vinculadas a princípios, atitudes, o que leva a entender que muito mais do que conceitual, a discussão é comportamental, cultural e social. Elucubram uma maneira de pensar e agir que intervém na forma com que os docentes transportam as situações pautadas à educação sexual dentro do ambiente escolar.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem como finalidade a realização de uma pesquisa sobre como o Programa Brasil sem Homofobia se realiza na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Busca entender como o referido programa se institui na rede de ensino pública do DF.

A primeira etapa da pesquisa apresentada configura-se como qualitativa de abordagem bibliográfica/documental, um método de investigação que busca analisar um documento. No caso, o Programa Brasil sem Homofobia, apresenta hipóteses de soluções para o problema que se busca intervir é indispensável para qualquer pesquisador que busca construir um trabalho acadêmico.

Assim, mesclam-se as ideias aqui defendidas com aquelas intrínsecas a vários autores, preservando-se a liberdade de pactuar ou não com as posições antes firmadas. Assim, segundo Silva (2008), é preciso levar em consideração algumas medidas para fazer uso da coleta bibliográfica, como:

- ✓ Produzir o trabalho a partir do maior número possível de material bibliográfico publicado;
- ✓ Procurar se ater somente àqueles trabalhos que dizem respeito ao tema por você explorado, ou seja, compartilhar com ideias que realmente sejam pertinentes;
- ✓ Ampliar a pesquisa, fazendo uso não somente de livros técnico-científicos, mas recorrer também a outras fontes;

Como afirma Gil:

É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles processados, mas podem receber outras interpretações como relatórios de empresas, tabelas etc. (2008, p. 23)

Severino complementa:

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo [...]. Nesses casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (2007, pág 37).

Também foi pensado, para este trabalho em um segundo momento, a aplicação de uma entrevista semiestruturada para subsidiá-lo, focado em um determinado assunto,

tendo como base um guia pré-determinado para se seguir. Esse procedimento será utilizado pela vantagem da flexibilidade e a possibilidade de uma adaptação rápida.

Para Manzini (1991), a entrevista semiestruturada está focalizada em um tema, ao qual elaboramos um roteiro, que podem vir a ser complementados por outras questões que surgirão no decorrer da entrevista.

As questões não necessitam seguir uma ordem previamente organizada (MATOS, 2005). Mas, geralmente a entrevista seguirá o planejado, não fugindo do tema central.

O questionário se faz importante por que

[...] possibilita uma maior sistematização dos resultados fornecidos, permite uma maior facilidade de análise bem como reduz o tempo que é necessário para recolher e analisar os dados. Este método apresenta ainda vantagens relacionadas com o custo, sendo este menor do que outros tipos de pesquisas. (AMARO; PÓVOA e MACEDO, 2004/2005, p.8).

É preciso deixar claro que os entrevistados ao responderem os questionários, não tiveram sua identidade revelada por motivos éticos.

Assim os tipos de questões sugeridas para o questionário foram às questões abertas para dar oportunidade para quem as responde expressar suas ideias sem a ressalva de uma resposta antecipadamente determinada, admitindo a quem responde maior liberdade de expressão.

Para análise dos questionários, este trabalho apóia-se em Bardin (2007), que trabalha com a técnica da análise de conteúdo, usa métodos sistemáticos e objetivos, constitui-se em um bom instrumento de indução para investigação das causas.

Para Bardin, os textos escritos nas pesquisas têm:

[...] mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar. (BARDIN, 2007, p.31)

Este trabalho foi realizado com a assistência de questionários trazendo muitas prerrogativas tanto para o/a pesquisador/a, quanto para o/a pesquisado/a, tornando o trabalho mais interessante e agradável.

O objetivo desses questionamentos seria o de perceber a maior clareza possível nas definições dos fatos sociais. Desse modo, as perguntas descritivas trariam a seriedade para o descobrimento dos significados das condutas dos sujeitos de determinados meios culturais. Numa linha dialética, as questões poderiam ser

mencionadas como explicativas. O objetivo desse tipo de questionamento seria produzir motivos próximos do fenômeno social.

ENTENDO O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Para a construção de uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceito e discriminação, é imprescindível identificar e enfrentar as dificuldades encontradas para que se possa promover os direitos humanos a fim de combater a homofobia. São dificuldades que nascem se tecem e se nutrem, enraizadas nas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada grau da experiência cotidiana. Elas fazem referência às incompreensões acerca da homofobia e de seus efeitos e produzem obstáculos para a sua compreensão como “problema” que venha a merecer a atenção das políticas públicas.

O Programa Brasil sem Homofobia tem a parceria com o Governo Federal, que apoia e garante o direito à diversidade sexual, por meio de projetos que combatem a violência tanto em instituições governamentais como não governamentais para a promoção do respeito ao próximo. O objetivo do programa no âmbito educacional é colaborar para a transformação da conduta de profissionais, gestores da educação como professores, diretores das instituições e toda equipe envolvida no trabalho escolar, em prol da multiculturalidade encontrada nos dias atuais na sociedade e na escola principalmente. (BRASIL, 2004)

Em 2005, o Governo, iniciou a implantação do Programa. O MEC, como um dos atores Programa BSH, empenhou-se em delinear em todos os níveis e modalidades de educação ações que buscam a promoção da importância da diversidade sexual e para o enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência, em virtude de orientação sexual, gênero e identidade de gênero.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi escolhida pelo MEC, para ser responsável pela implementação do Programa que por sua vez selecionou como fundamental, cursos de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais trabalhadores da educação das redes municipais e estaduais de ensino público do Brasil. A justificativa para selecionar a política de formação continuada como principal ação foi a constatação de que temas como diversidade sexual e identidade de gênero muitas vezes não são abordados nos cursos de formação inicial de profissionais da educação (BRASIL/MEC, Cadernos SECAD 4, 2008, p. 10).

Um dos princípios fundamentais apresentado pelo Programa é a questão da tolerância frente à diversidade sexual. A tolerância é um princípio ético essencial ao

arquétipo social constituído que ganha força a partir da situação crítica do neoliberalismo no mundo ocidental. O modelo atual de sociedade precisa dessa categoria para evitar os conflitos sociais. A tolerância segundo os PCNs é um dos elementos necessários para se garantir o bem comum e a paz social na educação.

Constituir um ser tolerante, segundo os PCNs, bem como no Programa Brasil sem Homofobia, está transversalmente ligado à edificação de uma sociedade mais solidária, mais harmônica.

Percebe-se que o conceito de tolerância que está sobrepujada na oratória do Movimento LGBT bem como nos PCNs e que aborda também sobre uma educação inclusiva, indica o seguinte princípio: deve-se tolerar aquilo/aquele que se apresenta como distinto da forma de pensar, sentir, expressar-se e agir segundo as normas e condutas sociais estabelecidas através da relação entre os homens. Assim, entende-se que quem tolera está em princípio numa posição de “superioridade” em relação àquele que é tolerado. Assim, têm-se a necessidade de constituir esse “novo sujeito” que não se sinta superior ao outro, somente diferente, porém igual enquanto cidadão.

Do mesmo modo que os profissionais da educação precisam estar conscientes de que seu trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisa-se também se conscientizar que o sexismo, a homofobia e o racismo produzem efeitos e que, terminamos muitas vezes, sem que se dê conta, colabora-se com a sua perpetuação.

Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimentos determinados, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação. Dar-se conta de que o campo da educação se constituiu historicamente como um espaço disciplinador e normalizador é um passo decisivo para se caminhar rumo à desestabilização de suas lógicas e compromissos.

A sociedade e a escola têm difundido o modo como homens e mulheres precisam agir e se comportar, bem assim têm determinado quais os valores se ter sobre o que as mesmas consideram ser certo ou errado, bom ou mau para convivência em seu meio.

A demonstração de sentimentos tem sido negada reprimida aos alunos/as quando os mesmos vão de encontro aos sentimentos “socialmente aceitos”. Até mesmo seus direitos à informação sobre o seu corpo, seu prazer e seu desenvolvimento tem sido subtraída. Com isso, eles são impelidos à convivência com impedimentos e preconceitos

que, em muitos casos, acabam provocando desconfianças e receios sobre sua própria sexualidade.

Essa ação cruel não os consente distinguir e deleitar-se em suas sensações e vontades, criando barreiras ao seu desenvolvimento e evitando sua autonomia em direção ao exercício dos seus direitos sexuais.

Essa tentativa ideológica se assenta na possibilidade de conciliar direitos iguais em uma sociedade desigual:

[...] permitir a igualdade política para manter a desigualdade econômica – por meio de uma legislação que facilite e amplie as possibilidades de acesso e empregos e educação àqueles que chamou de desvalidos, compreendendo as minorias étnicas até então excluídas destes benefícios dando-lhes igualdade de oportunidade e condições de equidade para amparar-lhes e, ao mesmo tempo, satisfazer suas expectativas. Para tanto, os ricos chamados de talentosos, melhor dotados por nascimento, herança ou dom devem ser benevolentes, aceitando uma diminuição em sua participação material em bens, salários e lucros, que seriam distribuídos em favor dos outros, os desvalidos e desassistidos, em contrapartida, a esperança e satisfação de estarem contribuindo com um mundo melhor (FAUSTINO, 2006, p. 63).

Em nosso país, com grandes desigualdades econômicas, sociais e historicamente classista, machista, racista, homofóbico é muito violento, principalmente com a população excluída. Descobrir maneiras adequadas de lidar com esta diversidade, é sem dúvida alguma, essencial para a prevenção de violência no espaço escolar. As confusões, os conflitos seguramente surgirão no meio de toda essa diversidade, mas isso pode fazer com que os/as alunos/as aprendam mais sobre o outro e passem a respeitá-lo.

A igualdade exige a remoção desses obstáculos para que os vários sujeitos gozem dos direitos e liberdades com base na equidade com os demais sujeitos. Assim pode se estabelecer que constitua um cuidado característico a grupos marginalizados e com dificuldade de acesso a serviços.

Conforme Nagel (2003), a tolerância na formação desse *novo sujeito* assume um princípio ético, em que cabe a ele respeitar o outro e não se impor frente às diferenças do outro em função do respeito à diversidade. Neste sentido, tanto o Programa Brasil sem Homofobia quanto os PCNs contribuem para a formação desse *novo sujeito* que deve ser tolerante e respeitar a liberdade de cada um, bem como de cada grupo social.

A questão da multiculturalidade, diversidade sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais exigem dos/as profissionais da educação novos métodos a serem trabalhado na escola, tais como formação na área da sexualidade, direitos dos cidadãos, liberdade

de escolha para haver uma aceitação dos demais grupos sociais. Conforme estudos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) desde o início da década de 1980, ocorreu um aumento da luta de grupos civis LGTB a procura da inserção de assuntos sobre gênero, sexualidade, diversidade sexual para que haja um combate à discriminação e proporcione a inclusão social no mercado de trabalho e demais relações sociais.

No que diz respeito à educação, o Programa destaca:

V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual

- Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual.
- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB.
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (BRASIL, 2004, p. 22-23)

Todas essas ações buscam fomentar valores de respeito à comunidade LGBT, como também, produzir um conjunto sólido e com potencial para proporcionar muitos avanços na área da educação à população LGBT.

O que difere da realidade existente nos sistema de ensino do país, como fica evidente na resposta da coordenadora do Núcleo de Sexualidade e Gênero, da Coordenação de Educação em Diversidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (CEDIV) ao responder a questão se “Existe alguma ação da SEEDF para a capacitação de seus profissionais para combater o preconceito e a discriminação quanto à orientação sexual?”

A Subsecretaria de Educação Básica/SUBEB, por meio da Coordenação de Educação em Diversidade/CEDIV, vem promovendo rodas de conversa em todas as 14 regionais de ensino durante os anos de 2012 até agora, para professoras e professores, orientadoras e orientadores educacionais e profissionais da educação. Já realizou dois seminários de Educação em Gênero e Sexualidade com os subtemas

"Entendo gênero e sexualidade" e "Identidades em pauta". Também existem cursos promovidos pela EAPE⁴ preocupados com a formação das/dos profissionais de educação.

Vale ressaltar que muitas vezes a capacitação acontece, mas os professores acabam não participando dos cursos, pois não consideram essa formação como pedagógica ou que esse tipo de discriminação não acontece em suas salas de aula.

Segundo o coordenador para os Direitos Humanos da EAPE, os cursos ocorrem e as escolas são comunicadas dos mesmos, mas o interesse por esses cursos são muito baixos e os mesmos acabam sendo encerrados por falta de público. Alguns cursos só continuam pela insistência de poucos professores que acreditam ser por meio da formação continuada que farão a diferença em suas aulas e poderão enfrentar as violências sofridas pelos alunos/as da comunidade LGBT. A Secretaria tem como marco teórico para desenvolver a temática sobre gênero e/ou orientação sexual a partir da LDB:

Está na LDB/1996 que o exercício da cidadania é finalidade da educação e que o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância são princípios do ensino. Bem como está nos PCNs/1997, que a orientação sexual é tema transversal e que os eixos de intervenção são: corpo humano, relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. Portanto, temos que cumprir a lei e isso se faz pelo currículo que, em sua nova versão traz a diversidade como um eixo transversal, o que possibilita que tais questões estejam em pauta no ambiente escolar.

Quanto aos materiais didáticos, existem poucos disponíveis que possam ser utilizados em sala de aula, mas em alguns cursos fornecidos pela mesma EAPE, há a confecção de jogos e análise de filmes para que os professores possam ter um referencial quando forem desenvolver seu trabalho pedagógico junto aos alunos/as. A SEEDF em parceria com outras secretarias com a de Saúde vem elaborando textos que podem e devem ser usados em sala de aula. Como: o **“Jogo da Mulher”**⁵. Há também oficinas a partir das sugestões dos manuais da coletânea: **“Adolescente e jovens para a educação entre pares: saúde e prevenção nas escolas/ gêneros”**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

O enfoque sobre o tema deve ser feito de modo cuidadoso, pois a homossexualidade, ainda, é um tabu na sociedade brasileira. Ao surgir questões relacionadas à sexualidade, sempre deve ter o enfoque voltado para o tema dos direitos e deveres dos cidadãos e do respeito e à diversidade humana.

⁴Escolas de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação.

⁵Jogo educativo produzido pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (parceria com a Secretaria da Mulher).

Ao longo de sua história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se enquadrassem com este componente valorizado pela sociedade e pelos arsenais a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”, acabavam sofrendo discriminações e preconceitos. Conforme avalia Guacira Lopes Louro, no espaço da educação escolar.

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promove uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2001, p. 21).

A escola, muitas vezes, configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, auto aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Para conter e trabalhar essas questões, a escola deve inserir a questão da diversidade sexual nos seus ambientes e assim, intervir junto aos casos de homofobia que aparecerem em sala de aula.

O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

No meio das provocações do nosso tempo há que se compreender os assuntos relacionados à sexualidade como parte dos direitos humanos. Particularmente os docentes se perguntam qual a função social da escola para que possa garantir integralmente os direitos sociais de todos, incluindo nessa garantia o desenvolvimento da sexualidade livre da violência. Corriqueiramente as transgressões podem causar problemas ao desenvolvimento dos mais jovens.

A questão da sexualidade está atualmente presente em vários espaços inclusive no dia a dia da escola, extrapolando as alcances disciplinares.

Discorrer sobre sexualidade sugere apreender a conotação que é oferecida ao tema em toda a sociedade. A escola não pode ser diferente, o assunto mostra-se em destaque na puberdade e na maioria dos casos, os conflitos e as curiosidades mostradas por esses adolescentes podem acarretar repressões, sobretudo se houver confusões em relação à sua orientação sexual.

Segundo Ferrari (2005) a escola é um lugar de formação e transformação entendendo que, o trabalho efetivado pela escola não supre nem compete com a função da família, mas o completa, cooperando para o desenvolvimento dos indivíduos com responsabilidade e personalidade saudável. Tal formação precisa ser particular para cada etapa da vida do sujeito. Quanto à educação sexual, o trabalho deve levar em consideração as dimensões da sexualidade, e suas implicações políticas.

Segundo dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos,

... pesquisas recentemente realizadas, também revelam dados significativo sem relação à discriminação sofrida por homossexuais em diferentes contextos sociais. No que se refere ao ambiente escolar, não se pode deixar de registrar alguns dados de recente pesquisa feita pela UNESCO, envolvendo estudantes brasileiros do Ensino Fundamental, seus pais e professores, e revelando que os professores não apenas tendem a se silenciar frente à homofobia, mas, muitas vezes, colaboram ativamente na reprodução de tal violência. Essa pesquisa, realizada em quatorze capitais brasileiras, também revelou que mais de um terço de pais de alunos não gostaria que homossexuais fossem colegas de escola de seus filhos (taxa que sobe para 46.4% em Recife), sendo que aproximadamente um quarto dos alunos entrevistados declara essa mesma percepção. (UNESCO, 2006).

Esses mesmos dados da (UNESCO, 2006), confirmam também que a intolerância e a carência de informação sobre orientação sexual, põe a escola dentre os órgãos que faz jus a propósito da questão, especialmente quando o preconceito parte dos docentes.

A pesquisa ‘Perfil dos Professores Brasileiros’, realizada pela UNESCO, em todas as unidades da federação brasileira, revelou que para 59,7% dos professores (as) é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais. Outra pesquisa, realizada pelo mesmo organismo em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, forneceu certo aprofundamento na compreensão do alcance da homofobia no ensino básico (fundamental e médio). Constatou-se, por exemplo, que o percentual de professores/as que declara não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula pode chegar a 48%. O percentual de mestres que acreditam ser a homossexualidade uma doença ultrapassa os 20% em muitas capitais”. (UNESCO, 2006)

As discriminações e os preconceitos costumam calar e ainda transformam os estudantes que fazem parte da comunidade LGBT, seres invisíveis criando estereótipos para explicar atitudes violentas sofridas por essas pessoas e em muitos casos acarretando a evasão escolar desses/as alunos/as. É imprescindível que a escola discuta essas questões e busque promover o aprendizado do conceito de identidade dos sujeitos.

O espaço escolar surge aqui como uma importante instância de representação das lógicas homofóbicas. A homofobia é permitida e lecionada, causando resultados devastadores na formação de todas as pessoas.

Sobre esse contexto, Junqueira (2009) destaca ser esse um ambiente que

configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (p. 10)

A questão da sexualidade deve estar inclusa no conteúdo programático das escolas, patrocinando o protagonismo juvenil, originando cidadãos capazes de constituir relações de respeito consigo e os outros.

Nas escolas brasileiras, segundo Abramovay (2004), tem-se notado um grande e crescente empenho em favor de ações para o enfrentamento da violência, do preconceito e de discriminação contra a LGBT. A homofobia é compreendida, cada vez mais, como um grave problema social, e sendo a escola um lugar que contribui para construção de

uma consciência crítica e para o desenvolvimento de práticas reguladas pela importância à diversidade e aos direitos humanos.

Segundo (FIGUEIRÓ, op. cit.) há quatro abordagens que podem deixar de ser consideradas quando se começa a fazer um trabalho de educar para a sexualidade, a saber: “religiosa, médica, pedagógica e política ou emancipatória”. Os docentes precisam ter conhecimentos de todos os enfoques para entender qual deve ser seu posicionamento em relação à temática.

Assim, faz-se necessário que se invista na formação dos/as professores/as para que se sintam capazes de fomentar discussões e subsidiar espaços de escuta a todos os atores da comunidade escolar. Todos/as os/as profissionais de educação devem ser habilitados e estimulados para abordar o tema da sexualidade e suas várias dimensões.

Estar vigilante sobre os enfoques, buscar saber que tipo de educação se quer e identificar suas próprias concepções, são fatores respeitáveis para ser um educador sexual. De acordo com o empenho político em relação à temática é algo que falta ser analisado, já que “o pessoal é político” (LOURO, 2010 p.9) desse modo rever até onde esses comprometimentos podem trazer para o ambiente escolar o conhecimento sobre a temática e que essa, não venha a ser tratada como mitos e tabus.

O tema da sexualidade deve ser entendido como essencial à vida do ser humano, e que se deve, entendê-la observando-se todas as suas dimensões. A sexualidade está em constante evolução e engloba a atividade sexual, identidades de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é composta pela influência mútua de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. E podem ser experimentada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas e relacionamentos.

Partindo dessa premissa é essencial o desempenho da escola na transmissão dos conhecimentos, no repasse de informações e suas implicações na construção de conceitos e adoção de comportamentos pelos indivíduos.

Educar para sexualidade e para os direitos humanos é, principalmente, um jogo na educação como meio fundamental para a promoção de grandes transformações indispensáveis ao desenvolvimento da sexualidade, segura, saudável.

É imprescindível que as ações alusivas à educação sexual no ambiente escolar partam de uma orientação legal que possam ser desenvolvidas com os/as alunos/as e também com seus pais.

A escola precisa estar aberta às discussões e aos enfoques pautando à sexualidade sob os mais variados aspectos que não só o biológico. É necessário olhar para os discentes como seres sexuados, e não como pecadores que reprimem seus corpos à mera reprodução, vinculando em muitos aspectos condições sociais de falta de entendimento sobre seus corpos e seus direitos sexuais.

Durante toda a história, a escola se estruturou a partir de conjecturas profundamente tributárias de um conjunto de normas, crenças e valores responsável por diminuir à figura do “outro”, considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso” todos/as aqueles/as que não entre em sintonia com o elemento socialmente valorizado pela heteronormatividade – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual. Conforme avalia Guacira Lopes Louro, no espaço escolar,

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p. 28).

A escola configura-se um espaço de abuso, discriminação e preconceitos, no qual existe um inquietante conjunto de brutalidade a que podem estar reprimidos vários de jovens e adultos LGBT, forçando-os, de atitudes distintas, estados delicados e vulneráveis de homofobia, negação, auto aversão. E isso, em muitos casos, se dá com o conhecimento ou a falha da família, da comunidade escolar e da sociedade.

Em 2004, o governo federal lançou, junto com a sociedade civil, o “Programa Brasil sem Homofobia”, voltado a legislar e colocar em prática políticas unificadas e de cunho nacional para o enfrentamento ao fenômeno da homofobia. O programa apresenta, na sua essência, a concepção de que viver em uma democracia não pode abstrair as políticas para a igualdade, assim, é imprescindível cessar a extensa sequência de convivência e insensibilidade em relação às práticas homofóbicas e possibilitar a promoção e o reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade de identidade de gênero, originando e avalizando a cidadania de todos/as.

Guacira Lopes Louro ressalta que, apesar de não ser possível conferir à escola a força e o cargo de elucidar identidades sociais, é preciso distinguir que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 1999). Sobre a questão da homofobia, adiciona: “Consentida e ensinada na escola, à homofobia se expressa pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (ibid.: 29).

Neste espaço e não só nele, os processos de construção dos sujeitos e de produção de identidades heterossexuais causam e nutrem a homofobia e a misoginia, sobretudo entre os meninos e os rapazes. Eles acreditam, que o “outro” passa a ser especialmente as mulheres e os gays e, para merecerem suas identidades masculinas e heterossexuais, precisarão manifestar-se continuamente que exorcizaram de si a feminilidade e a homossexualidade (LOURO, 2004; DIAS e GAMBINI, 1999). Essa exigência pela “normatividade social” traz um abundante arsenal “inofensivo” de anedotas e brincadeiras racistas, misóginas e homofóbicas. Que deverão, entre outros fatos, estar atento na demonstração de intimidade com outras pessoas do mesmo sexo, reprimir o coleguismo e as demonstrações de afeição ou de afeto, e somente se valer de gestos, comportamentos e ideias autorizados para o “macho” (LOURO, 1999, p. 19).

Educar para os direitos humanos é instigar nos sujeito a responsabilidade pelos outros, o que ocasiona consigo o anseio de respeito por todos. Cada pessoa, por conseguinte, tem a função de cumprir na construção da sociedade o respeito e o cuidado com seus semelhantes.

Sexualidade é um elemento complementar da personalidade de cada ser humano. O seu desenvolvimento está sujeito ao contentamento das necessidades humanas mais básicas, como gosto pelo contato, a intimidade, a expressão emocional, ao prazer e ao amor. A sexualidade de cada indivíduo, é edificada por meio da interação entre os indivíduos da sociedade.

Sem perda do que foi avaliado sobre a função da escola na reprodução das estruturas relativas à dominação masculina e heteronormativa, é necessário não esquecer que ela é, ao mesmo tempo, artifício essencial para cooperar para o seu desmantelamento.

Os/as profissionais da educação, no entanto, ainda não contam, em sua formação, com diretrizes suficientes e ferramentas adequadas para enfrentar os desafios relacionados à diversidade sexual. É comum que os/as profissionais da educação

revelem não ter conhecimento para agir quando um/a estudante for vitimado/a por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero. Assim, é inquestionável a importância de medidas voltadas a oferecer, a esses profissionais, de modo consistente tais assuntos em sua formação inicial e continuada, como instigar a pesquisa e a divulgação dos seus resultados, de modo que se possa desestabilizar, diminuir e afastar tal violência.

É possível mudar esse quadro. Educadores comprometidos com a profissão necessitam de constante atualização. Se na formação ele não teve acesso à discussão sobre gênero e sexualidade, ele deve procurar bibliografias, participar de cursos de formação e assistir a conferências e seminários para obterem material, que possam subsidiar as discussões sobre o tema em sala. Quando questiona-se sobre se “Há alguma campanha, ação ou intenção da Secretaria que possibilite o enfrentamento ao preconceito e a discriminação existente nas escolas, quanto à orientação sexual dos alunos e profissionais de educação?” o coordenador afirma que sim “Ações existem várias, visto que a CEDIV foi criada para subsidiar isso. No entanto, campanhas ainda não estão acontecendo.”

Analisando o trabalho de orientação para a construção dos Projetos Político Pedagógico das escolas da rede pública do DF, existe a solicitação para a inclusão do tema “diversidade sexual” para ser realizado em rede a partir da parceria com os coordenadores intermediários das GREB (Gerência de Educação Básica).

Os PCN sugerem temas relacionados à orientação sexual para serem trabalhados na escola. Este núcleo tem alguma informação de escolas que estão desenvolvendo projetos sobre o tema? Temos algumas escolas desenvolvendo trabalhos pessoais. A Escola Classe Varjão, por exemplo, tem uma professora que trabalha a sexualidade em classe de educação infantil a partir do estudo e observação do ciclo de vida das borboletas. Em Planaltina, temos Centrinho trabalhando sobre os direitos da mulher e as questões de gênero. Na Asa Norte temos o CEAN trabalhando sobre gênero e sexualidade. Na Ceilândia temos algumas professoras que participaram do curso GDE - Gênero e diversidade na Escola, oferecido pela UNB, que tomaram a iniciativa de desenvolver um projeto nas escolas que trabalham. Temos escola no Paranoá desenvolvendo debates sobre sexualidade. Não temos conhecimento sobre todos os projetos sendo desenvolvidos na rede, mas conhecemos algumas experiências exitosas.

Não obstante, se existe a amplificação do debate sobre o tema e muitos avanços na luta pelos direitos civis da comunidade LGBT no nível das políticas públicas, há que observar que, na área prática da formação de educadores, este tema permanece tímida.

É preciso dar visibilidade às mais diversas sexualidades como pertencentes aos grupos, e não a margem em guetos ou fora dos ambientes escolares por falta de formação dos docentes.

Ainda dentro do Programa em mais um dos seus objetivos: *apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia* (2004), mas só o apoio ainda é muito pouco para o enfrentamento das violências sofridas pelos alunos/as por conta da sua orientação sexual. Ainda assim, existem alguns trabalhos isolados, elaborados e desenvolvidos pelas escolas sem o apoio da rede, mesmo tendo um núcleo dentro da CEDIV esses trabalhos são pouco divulgados.

Com a intenção de fazer da ampliação da cidadania e do conhecimento dos direitos, tema das aulas. Ou seja, se os professores trabalharem com os estudantes os princípios norteadores para o convívio dos sujeitos a dignidade humana, a liberdade e a igualdade, a sala de aula facilmente se transformará num palco produtivo para adequadas e exitosas práticas pedagógicas sobre tema da diversidade de gênero. É necessário passar informações científicas e proporcionar o debate de temas pertinentes à idade de cada turma, tentando aplacar as aflições dos adolescentes em relação ao assunto.

EDUCAÇÃO E A IDENTIDADE DE GÊNERO

No meio acadêmico, existem várias discussões a respeito do tema de gênero. Hoje, porém, essa discussão já extrapolou os limites dos textos dos especialistas. A palavra gênero aparece na mídia em geral, na escola, nos discursos políticos. E não se trata de uso da palavra em outros sentidos. Há uma verdadeira popularização, da palavra gênero para referir questões relativas à mulher, homem/mulher, mas nem sempre os sentidos usados da palavra estão claros para todo mundo.

Normalmente, a palavra gênero refere-se a homem e mulher – seria o sexo social, trazer à baila os modos particulares de ser homem e mulher, no contexto cultural e histórico, muito mais complexo do que a alusão ao sexo biológico. De fato, esse entendimento congrega toda uma discussão recente nos estudos de gênero, mesmo nos estudos sobre o feminismo, não se pode perceber de fato a mulher isolada, como uma figura abstrata. A construção social de homem e mulher se dá por meio das relações entre os mesmos. Percebe-se que essa construção não se encontra solta no tempo e no espaço e nem é uma construção universal. Isto quer dizer, a questão de gênero é construída cultural e historicamente. Assim ser masculino e feminino numa sociedade varia conforme o contexto em que os mesmos estão envolvidos.

No que diz respeito à **identidade de gênero**, o psicólogo John Money (1921-2006) diz que está para além do sexo como marca genital juntando o ser masculino e feminino. Para ele a criança aprenderia a ser menino ou menina como aprendia a falar. A natureza arranjaria exclusivamente a criação e a sociedade constituiria os princípios. Ou seja, ele inverte o sinal sexual, e estampa no corpo de meninos a noção de que “não se nasce homem” (TORRES, 2010).

Abordar a identidade de gênero na educação se faz necessário primeiramente especificar o que a sociedade entende por esta expressão e assim seguir para a reflexão sobre o papel da escola na construção desta identidade. Segundo Felipe,

O conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos a ambos os sexos em diferentes sociedades. Homens e mulheres, meninos e meninas constituem-se mergulhados nas instâncias sociais em um processo de caráter dinâmico e contínuo. Questões como sexualidade, geração, classe, raça, etnia, religião também estão imbricadas na construção das relações de gênero (FELIPE, 2004).

Pensar que gênero é uma construção social e que a sociedade ensina o que avalia-se “correto” e aceitável em ser masculino e feminino, aí, definitivamente, é o campo da educação.

O entendimento sobre gênero, como expressão da recusa do determinismo biológico na construção da identidade (BRASIL, 2010) já traz, em si, uma tensão social.

A querela da diferença entre homens e mulheres não se resume apenas à questão biológica, mas sim social e cultural. Para Foucault, o sujeito é fruto do processo histórico e não é um desenho oferecido. Assim, o que implica é expuser como tal sujeito foi se construindo como é. Ao trazer à tona a questão da construção histórica de sujeito, Foucault acredita ser os modos de subjetivação em que a pessoa modifica-se em sujeito por meio de preleções abarrotados pela relação de saber/poder.

Meyer diz que:

O conceito de gênero enfatiza a pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, tornar-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça, etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem, ser, vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (MEYER, 2005).

Hall (2004) coopera com a discussão a respeito da reprodução dos papéis sociais exercidos pelo sujeito e seu conflito de identidade.

Apontando a relação entre educação e identidade social, a escola se torna parte tantas vezes de julgamentos incisivos quanto de preocupação de diversos grupos que almejam inserir transformações na educação escolar. Entretanto, é necessário distinguir as identidades produzidas pela escola e ratificar as culturas por ela silenciadas.

A escola restringe espaços, impõe o que se deve e não se deve. Vale-se disso para estabelecer o que os meninos e as meninas podem exercer em seu meio, instituindo com isso, grupos dos mais variados contextos. Permitem uma educação sexista causadora de futuros conflitos de igualdade.

Os trabalhos de Ferrari (2000) a escola por ser uma a instituição capaz de provocar transformações nas produções de sentidos dos sujeitos, pode ser o lugar onde o desmascaramento da violência simbólica mais se poderia realizar. Os professores têm um papel fundamental de disparar essa reflexão e produção de novos sentidos e, para contribuir nessa discussão, apresentamos uma investigação sobre os modos como

professores trabalham com situações de conflito que envolve a discriminação de gênero e sexual na escola.

Esses mesmos trabalhos evidenciam que a escola é um espaço onde se produzem, reproduzem e cristalizam distinções. A diversidade existente nos espaços escolares dificilmente é entendida como positiva, na sua dimensão de riqueza. Nas escolas tradicionais e mais conservadoras, e mesmo as escolas ditas mais “alternativas”, as diferenças entre os sujeitos são ignoradas por meio de um procedimento homogeneizador que não vê as particularidades de cada sujeito ou de cada grupo social. Comumente, as diferenças são sublinhadas como negativa.

Louro, no livro *Gênero, Sexualidade e Educação*, assevera a necessidade de se perceber a escola como um espaço sexualizado. Nela, é possível deparar com as percepções de gênero e sexualidade que, histórica e socialmente, compõe a sociedade. Ainda, a autora assinala o papel da instituição escolar como constituidor de identidades de gênero. Deste modo, fica claro que ao não se tratar dos temas relacionados à sexualidade, a escola proporciona a elas o pior tratamento.

A sigla LGBT significa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros e, fazendo assim, menção à ideia de identidade sexual que não termina tão-somente na constituição da orientação sexual e no pertencimento a um gênero, ela implica uma ação política. Esta dimensão política é imprescindível para o entendimento do termo, tendo em vista que a identidade sexual não deve ser confundida com prática sexual.

A identidade sexual, portanto, diz respeito à maneira como cada um se coloca frente a uma dinâmica de representações sociais (MOSCOVICI, 2003) que instituem de modo simbólico as relações humanas.

A criança é um ser social cujos processos de desenvolvimento dependem da conjuntura sócio histórico em que ela vive. E, a escola é um desses espaços em que as mesmas despontam relações diferentes, expondo questionamentos periódicos quanto à constituição do sujeito e seu lugar junto a essa sociedade. Quem sabe uma das mais acentuadas, do ponto de vista das relações entre os sujeitos seja o tema de gênero. Portanto, a escola é um dos principais espaços em que a criança se encontra com as diferenças, até mesmo as de gênero.

Sendo a escola um dos estabelecimentos que mais elocubra as normas sociais, cujo desempenho tem papel crucial na constituição do sujeito, reconhecida e regularizada como fonte transmissora de informações, habilidades e valores culturais socialmente difundidos.

É importante ressaltar como os sujeitos se ajustam aos modelos socialmente aceitos e, ainda, como a não identificação social, pode originar em muitos, crises de identidade, como bem lembra Stuart Hall (2004). Hall considera como identidade aquilo que privilegia a diferença, a alteridade, a afirmação do pluralismo, a descontinuidade. É o que versa dos sujeitos cuja identidade implica pouco, porque a construção do seu eu é concebido pela diferença em relação a um eu ideal. Tal conceito se rebate a identidade na modernidade que determina o que é ou o que deve ser e agir o sujeito em sociedade.

Para Ferrari (2000) a escola é um ambiente de convívio e relacionamento, de subjetividades de diferente formação, de relações entre gerações. Neste ambiente a sexualidade se desdobra cotidianamente e de diferentes modos e conteúdos. Nesse contexto a educação sexual tem uma função essencial e a escola é a instituição recomendada pelos especialistas em educação e pela sociedade como sendo o espaço ideal para se discutir e colocar em prática projetos e programas que minimizem tais violências.

A identidade do sujeito está profundamente integrada à representação. Ela brota e se estabelece em processos de representação. Isso provoca difíceis negociações, adesões e rejeições que se dão em relações de poder. O procedimento de construção da identidade não é estável, muito menos finalizado, é um procedimento que está sempre em transformação, se articulando com a sexualidade, gênero, classe e outras categorias.

Reconhecer as identidades como inconstantes, incompletas e em processo, não significa dizer que a mesma perdeu seu ar político, pelo contrário, pode assinalar para outros modos de batalha. Assim, novos significados podem e devem ser estabelecidos e colocados em atuação.

Entre os fatores internos sugeridos com a complexidade e a disparidade do ambiente escolar podem-se referir às formas particulares de disposição do tempo e do espaço, regras, as intervenções pedagógicas, as relações entre professores/as, entre professores/as e estudantes, entre professores/as e gestores/as. Não obstante dessas particularidades, a escola, entre outras instituições sociais, investe na elaboração e na prática de instrumentos e de estratégias que tentam padronizar os indivíduos que a compõem. É nesta luta entre a heterogeneidade - que se quer visível e representada - e uma homogeneização que as instituições buscam colocar em prática, que a escola se torna um espaço de grandes embates entre os diversos grupos e sujeitos que necessita ser entendido e valorizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que se mostra nesse momento é o de dar visibilidade aos preconceitos e à discriminação sofridos pela comunidade LGBT, para que se possa refletir sobre a repercussão e o impacto das interações com o outro. É imprescindível refletir sobre o papel da escola nesse contexto de mudanças, de violência, de indiferença e de desumanização em especial às minorias, particularmente com a população de gays e lésbicas.

Também é necessário pensar sobre a formação dos docentes para que possam ir de encontro ao que está posto como verdadeiro e sobrepujar as hipocrisias discursivas relacionadas à sexualidade. Não será fácil a discussão social que será gerada, mas por meio dela os dispositivos de discriminação poderão se tornar visíveis – como no caso do "kit de combate à homofobia nas escolas".

É necessário tomar consciência dos rumos já trilhados, refletindo sobre o fato de que não satisfazem ações legais para modificar a realidade, mas é preciso acrescentar a ela outras na incessante busca de aprender.

A escola é uma respeitável instituição social de modificação da sociedade, assim não pode se recusar a assumir sua responsabilidade acerca da construção das identidades de gênero. No momento atual é irrefutável a concordância social ao divórcio, à maternidade e à paternidade solteiras, ao casal sem filhos, à adoção, ao casal inter-racial. Assim, as pessoas da comunidade LGBT aparecem como potenciais candidatos a pais e a mães expandindo o modelo tradicional de família no que se refere à composição sexual e de gênero do casal responsável pela socialização de crianças. Afirma-se, com isso que a homossexualidade principia a deixar de ser consideradas excludentes.

Diante do exposto pode se perceber que o espaço escolar está perpassado pelo preconceito e discriminação. A “pedagogia do insulto”, como lembra Junqueira, é muito presente na escola. E isso leva aos diversos sujeitos, em muitos casos, a abandonar esse importante espaço social.

Num momento considerado como o da informação e do conhecimento, é vital que a mesma – escola - procure opções que viabilizem tanto as transformações na esfera conceitual, estrutural e funcional, quanto nos ambientes de discussão e reflexão. Parece cada vez mais largamente divulgado que o ideal principal da ação escolar precisa ser a preparação para a prática da cidadania e a constituição de um comportamento ético e

solidário. Há um destaque cíclico, nos discursos pedagógicos sobre a obrigação de iniciação de jovens no campo dos conhecimentos referentes aos valores públicos atrelados à democracia e aos direitos humanos.

Assim, inequívoco de que é fundamental importância o desenvolvimento de um trabalho pedagógico envolvido com a cultura de paz no conjunto de uma cidadania participativa em defesa à vida.

Muitas são as provocações para que se ultrapasse essa visão da escolarização em benefício de ideais vinculados à noção de uma gênese voltada para o bem comum. Alguma alteração que articule respeito a uma transformação dessa dimensão exigirá, impreterivelmente, uma cadeia de medidas complementares. Dentre elas, a formação de professores, no estágio inicial, no decorrer de seus estudos, bem como na formação continuada para os professores já em serviço.

Deste modo, a mera elaboração de leis e programas não afiança a real execução e a mudança concreta de práticas culturais e comportamentais, fazendo-se indispensável a adesão da sociedade como um todo e a inclusão cada vez maior das chamadas minorias sociais nos ambientes de convivência coletivas, uma vez que, o contato ainda é uma das principais vias de diminuição do preconceito e, conseqüentemente, da discriminação (LIMA, 2011).

Entretanto, contrapondo-se à lógica discriminatória e excludente, quando existe a construção desta lógica de tolerância e a introdução do respeito ao diferente, nota-se uma autoestima elevada nesse sujeito e uma continuação na formação escolar. Mesmo assim é perceptível notar que, além de ultrapassar os obstáculos educacionais, ainda há muito a enfrentar em outros espaços sociais, pois o preconceito e discriminação continuam. Por isso essencial que se garanta os estudos na vida de todos os sujeitos, uma vez que a partir deles podem ter mais dignidade, sonhar e ocupar outros lugares que lhes são cerceados pela sociedade excludente.

É imprescindível que a escola coopere nessa a superação de preconceitos e desigualdades por meio da prática de ideias e valores que não ajudem a reforçar o entendimento de uma sociedade dividida tão somente em masculino e feminino, mas que estabeleça condições de igualdade entre os diversos sujeitos. O espaço escolar necessita congrega o debate sobre a construção de gênero, abordar e valorizar trabalhos em que a questão da sexualidade e identidade de gênero esteja no foco central, para com isso desmistificar e combater ações de preconceitos e de violência entre os seus pares.

O combate a homo e a lesbofobia precisa acontecer em vários espaços, ao mesmo tempo em todas as relações sociais, especialmente nas instituições estatais, como escolas, universidades, pois são nesses espaços que existem a probabilidade real de se definir as políticas de combate as práticas excludentes, sofridas pela população LGBT. As relações sociais, vão constituindo-se transformadas por tais políticas. Portanto caso as relações sociais não mudem o todo, a intervenção do Estado e da escola, nas relações sociais, ocasiona um movimento ininterrupto de reciprocidade.

Por fim, a escola pode cooperar de forma decisiva para que uma mudança aconteça no entendimento sobre o gênero, tornando possível a construção de novas relações entre os sujeitos regulados em princípios de igualdade e justiça, culminando na edificação de uma sociedade democrática e participativa.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- AMARO, Ana; PÓVOA, Andréia; MACEDO, Lúcia. **A arte de fazer questionários**. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Departamento de Química. Metodologia de Investigação em educação. Disponível em: http://nautilus.fis.uc.pt/cec/esjf/wpcontent/uploads/2009/11/elab_quest_quimica_up.pdf. 2004/2005, 10.p. Acesso em 01/07/2014.
- APPLE, M. W. **Política, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, Lisboa: Ed. 70, 2007.
- BRAGA, Eliane Rose Maio. **Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à pedagogia**. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosângela Célia (Org.). *Educação e Diversidade Cultural*. Maringá: UEM, 2010.
- BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004.
- _____. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- _____. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Liberdade de expressão – agência e assessoria de comunicação**, Brasília: 2010.
- _____. **Secretaria Nacional de Segurança Pública Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: cartilha** / Secretaria Nacional de Segurança Pública. - Brasília: SENASP/MJ, 2010.
- _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Cadernos SECAD 4 – Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Brasília, Distrito Federal, 2007.
- DA MATTA, Roberto. **A casa & a Rua**. 5ª Edição. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.
- DIAS, Lucy; GAMBINI, Roberto. *Outros 500: uma conversa sobre a alma brasileira*. São Paulo: SENAC, 1999.
- FELIPE, Jane. **Entre batons, esmaltes e fantasias**. In. MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERRARI, A. **O professor frente ao homo erotismo masculino no contexto escolar.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora - MG, Dissertação de Mestrado em Educação. 2000.

_____. **“Quem sou eu? Que lugar ocupo?” – Grupos Gays, Educação e a Construção do Sujeito Homossexual.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377354 Acesso em: 01/07/2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** Londrina: Ed. UEL, 2001.

_____. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível.** Londrina: Eduel, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhom Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acessado em 05/12/2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP& Editora, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009.

LIMA, M.E.O. Preconceito. In: TORRES, et al (Orgs). **Psicologia Social: Temas e Teorias.** Brasília: Technopolitik, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **A escola e a pluralidade dos tempos e espaços.** In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Escola Básica na virada do século: Cultura, política e currículo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo horizonte: Autêntica, 2004.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007).** Soc. estado. Brasília, v. 23, n. 3, Dec. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em 01/06/2014.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, 1991.

MATOS, P.; LINCOLN, C. L.: A entrevista não estruturada como forma de conversão: razões e sugestões para sua análise. 2005. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisacientifica/10409/>.

Acessado em: 13/05/2014.

MEYER, Dagmar Ester. **Gênero e educação: teoria e política.** In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: debate contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos.** São Paulo: Contexto, 2006.

MORO, Cláudia Cristin. **A questão do gênero no ensino de ciências.** Chapecó: Argos, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NAGEL, Lizia Helena. **O “aqui e o agora”, sem o “ontem e o amanhã”, nas políticas da educação.** In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães, RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs). *Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná.* Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

NETO, Antônio Cabral & MACÊDO, Valcinete Pepino de. Os desafios da formação continuada de professores: uma reflexão sobre o Programa Gestar. In: **Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões.** NETO, Antônio Cabral & PORTES, Alexandro. *Capital Social: origens e aplicações na sociologia moderna.* **Annual Review of Sociology**, 1998.

PERES, Wiliam Siqueira. **“Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira.”** In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO & JUNQUEIRA,

Rogério Diniz (org.) **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas Brasília: UNESCO, 2009.**

SANTANA, Uziel. **Homofobia ou Heterofobia.** 15 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=60246&titulo=Noticias>>. Acesso em: 01/05/2014.

SEVERINO Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** 23 ed. São Paulo. CORTEZ. 2007.

SILVA, H.; SOUZA, L. A.: **A História Oral na Pesquisa em Educação.** Bolema. Rio Claro – SP. 2008

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____ **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeus da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

TANNO, Maria Ângela dos Reis Silva. **Projeto Educativo: O Combate a Homofobia no Curso de Formação de Professores e a Promoção da Educação Afetivo Sexual no Ensino Fundamental.** In: Enciclopédia Biosfera, N.03, Janeiro – junho 2007. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/7.pdf> Acesso em 01/07/2014

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação.** 2. ed. São Paulo: Cortez,

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (org.). **Paz e cidadania nas escolas.** João Pessoa: Editora Universitária, 2002.